

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Educação Ambiental no processo de consciencialização ambiental da população e de integração das comunidades na gestão do Ambiente¹

Arlindo de Carvalho (Geógrafo, Director-Geral do Ambiente, São Tomé e Príncipe)

Apresentação

Vou começar por apresentar e descrever uma caracterização de São Tomé e Príncipe. As ilhas de São Tomé e Príncipe fazem parte de uma linha vulcânica, onde também estão incluídas as ilhas de Ano Bom na parte Sudoeste, a ilha do Bioko no Nordeste, que se estende até ao Continente Africano através do Norte dos Camarões, até ao largo do Chade. A ilha está portanto situada no Golfo da Guiné. Segundo os dados da História Geológica as ilhas de São Tomé e Príncipe fazem parte de um pequeno número de áreas que escaparam aos grandes acontecimentos de glaciação, o que permitiu que se tornassem num refúgio importante para um certo número de espécies que desenvolveram características próprias dando origem ao surgimento de um elevado número de espécies endémicas.

1. As fragilidades de um território insular

Tendo em conta a localização geográfica das ilhas, o seu tamanho e as características dos seus ecossistemas, as ilhas são consideradas como um território frágil, sensível e vulnerável do ponto de vista ambiental. A fragilidade e a vulnerabilidade são duas componentes que caracterizam a situação ambiental das ilhas de forma geral. Em São Tomé e Príncipe a problemática do aquecimento global não passa despercebida e tem constituído uma das maiores preocupações para a vulnerabilidade ligadas ao ambiente. De acordo com estudos levados a cabo ao nível nacional, o País emite para a atmosfera cerca de 578 mil toneladas de gás que provocam o efeito estufa, mas absorve três vezes mais, isto é, 1544 milhões de toneladas de gás que provoca o efeito estufa.

O sector que mais contribui para esta emissão é o sector das energias, fundamentalmente através da energia produzida pela queima de lenha utilizada nas cozinhas, pequenas indústrias e produção de carvão. A lenha queimada é responsável por 80% das emissões; a energia produzida através da queima de combustíveis fósseis contribui com 20% das emissões. No entanto, outros sectores também contribuem com uma pequena quantidade, tais como a queima de resíduos, a queima das florestas para abertura de campos e os transpor-

¹ Texto transcrito a partir de gravação da comunicação oral apresentada no Seminário Internacional no dia 25 de Julho de 2008 no Painel "Apresentação da Experiência de São Tomé e Príncipe", Palácio dos Congressos, São Tomé.

tes. As florestas santomenses absorvem por sua vez, três vezes mais do que a quantidade emitida a nível nacional. Podemos considerar as nossas florestas como a principal componente de manutenção do equilíbrio ecológico nacional, pois para além de absorverem toda a quantidade de gases de efeito estufa produzida a nível nacional, absorve dois terços de gases provenientes de outras partes do mundo. No entanto, encontram-se seriamente ameaçadas devido ao fenómeno da pobreza, onde uma parte da população vê nas mesmas o principal recurso para resolver os seus problemas económicos e financeiros.

Apesar de São Tomé e Príncipe não contribuir para a degradação do clima mundial, já que absorve mais gases com efeito estufa do que a quantidade emitida, o País tem sofrido fortes consequências de mudanças climáticas mundiais. As consequências do aumento do nível do mar estão patentes nas zonas costeiras do País: têm surgido inundações em várias zonas do País, fundamentalmente nas áreas urbanas no momento das chuvas periódicas; tem havido um grande aumento da erosão costeira, que é um fenómeno real em todo o País nas zonas urbanas, que tem constituído um grande problema; tem havido aumento da erosão interior e inundações de algumas zonas costeiras e destruição de algumas infraestruturas, como por exemplo as estradas e as habitações que estão localizadas perto das costas, devido ao aumento do nível do mar. Atendendo a estas consequências, o País elaborou o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas cujo objectivo principal é estudar os sectores mais vulneráveis às mudanças climáticas e apresentar propostas de medidas de adaptação.

Outra componente ambiental importante é a Biodiversidade, já que a sua protecção constitui um outro problema de grande prioridade para as autoridades. Se compararmos as ilhas de São Tomé e Príncipe com os países da região da África Central, onde existem também um grande número de espécies endémicas, verifica-se que apesar da pouca extensão territorial de São Tomé e Príncipe, as mesmas ocupam um lugar de destaque em número de espécies endémicas. Ao nível dos oito países da África Central ricos em biodiversidade, São Tomé e Príncipe ocupa o primeiro lugar em número de espécies de aves endémicas, o terceiro lugar em número de espécies de mamíferos endémicos e o quarto lugar em número de espécies de plantas endémicas.

Os recursos da biodiversidade constituem elementos essenciais no processo de desenvolvimento social, económico e cultural do País, pois proporcionam à população alimentos, medicamentos, materiais para a construção, materiais para a urbanização e são uma das bases fundamentais para o desenvolvimento do turismo nas suas diversas vertentes. Apesar da importância da biodiversidade para o desenvolvimento socioeconómico do País e, apesar dos esforços das autoridades nacionais para preservarem esta componente natural, os resultados não têm sido animadores.

Embora quase 60% da área terrestre do País ainda conter floresta relativamente densa, a extracção não duradoura de madeira para combustível e para construção de habitações, assim como a usurpação das mesmas pelos pequenos proprietários para abertura de terras para horticultura, constituem potenciais ameaças para as florestas. O desbravamento das terras florestais pode resultar a curto prazo numa perda da diversidade de espécies e habitats, a erosão dos solos e, a longo prazo, poderá levar a uma mutação dos ecossistemas e do clima.

Tomando em consideração os problemas acima referidos e tendo em conta a importância da biodiversidade para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, as autoridades santomenses decidiram reservar 30% do território nacional como área para conservação e preservação dos recursos naturais nele existentes. Neste sentido, as leis número 12/6 de 2006 e 7 de 2006 criaram os Parques Naturais de Obô de São Tomé e Obô do Príncipe. Os Parques Naturais que abarcam todas as áreas e florestas primárias de São Tomé, assim como as outras áreas consideradas de ecossistemas muito frágeis têm como objectivo fundamental preservar, conservar e defender os ecossistemas florestais lá existentes, assim como salvaguardar as espécies animais, vegetais e habitats ambientais. Outras potencialidades naturais que podem servir de atracção turística. A conjugação da biodiversidade e de ecossistemas de inegável beleza com altos níveis de endemismo faz de São Tomé um País atraente para um turismo da natureza. Existem áreas naturais como a possibilidade de conservação da biodiversidade e das áreas naturais para o desenvolvimento económico e sustentável. Algumas referências de considerável interesse turístico são por exemplo:

- os Picos de São Tomé a 2024m de altitude e o ponto mais alto da ilha, e o Pico do Príncipe;
- a queda de água de grande beleza como as Cascatas de São Nicolau, Bombaim e de Blublu;
- as elevações como o Pico Maria Fernandes, Cão Grande e Cão Pequeno;
- a vegetação exuberante como as florestas primárias densas de altitude e as florestas secundárias onde a fauna endémica tem sido objecto de estudo de grupos de observadores de pássaros;
- as plantações de cacau e de café sob a protecção de florestas de sombra, no interior da qual ainda se encontram árvores, gigantescos testemunhos das florestas húmidas de baixa altitude de outrora;
- a riqueza marinha que conta com as tartarugas, golfinhos, baleias e um grande potencial para as pescas desportivas;
- o valor da utilização ornamental das plantas, já que São Tomé e Príncipe possui uma das mais ricas floras de orquídeas de África de grande potencial ornamental.

2. A Educação Ambiental no processo de consciencialização das comunidades

No âmbito de estudos e reflexões levados a cabo sobre a problemática ambiental nacional conclui-se que uma das causas fundamentais da degradação do ambiente em São Tomé e Príncipe era resultado da mentalidade da população santomense e da falta de informação e de sensibilização da população, assim como uma ausência de educação ambiental que permitisse uma valorização do ambiente. Neste caso, foi programada uma estratégia para se ultrapassar a situação, em que a educação, a formação e a consciencialização da população foram definidos como elementos fundamentais e prioritários para a mudança de mentalidade com vista a inverter a situação de degradação que o País tem vindo a conhecer e com maior pressão nos últimos tempos.

A estratégia considera que investir nos recursos humanos em todos os domínios de desenvolvimento e, em particular na área do ambiente, constitui um dos principais elementos para a obtenção do desenvolvimento sustentável que todos preconizam. A educação e a formação ambiental valorizaram duas vertentes: a educação formal e a educação não formal. Da educação formal na área do ambiente, incluindo a formação especializada em sectores ambientais prioritários, fazem parte de um conjunto de medidas que estão a ser implementadas no quadro das acções prioritárias do País e na estratégia traçada nos diferentes domínios do ambiente. Apesar de considerar que a formação e a educação ambiental constituem a pedra angular para a mudança de mentalidades e comportamentos da população a problemática ambiental visa criar as bases para um desenvolvimento sustentável em que a prioridade deve ser direccionada para as gerações mais jovens, no sentido de inculcar nos mesmos o sentido de consciência e responsabilidade pelo ambiente. Introduzindo princípios ambientais básicos nos programas escolares das escolas primárias e secundárias, o País poderá atingir o importante objectivo de influenciar a direcção a seguir no futuro pelas gerações mais jovens. Influenciando a consciência das crianças, as famílias também seriam sensibilizadas. E assim se cumpriria um duplo objectivo.

Tendo em conta as dificuldades de ordem material humana e financeira de diferentes sectores da vida nacional, incluindo a educação que se debate, a introdução de questões ambientais no currículo escolar não tem sido possível até ao momento. No entanto, as questões ambientais têm vindo a ser tratadas nas disciplinas de ciências naturais, onde se destaca a biologia e a geografia.

Respeitando à educação não formal, acções de informação, educação e comunicação e consciência educacional têm sido implementadas junto dos órgãos de comunicação social, nomeadamente, a televisão e a rádio. Esta actividade tem vindo a ser desenvolvida com a participação das ONG's nacionais, grupos de animadores locais, sectores de Ad-

ministração Central do Estado, representantes das Autarquias Locais e representantes de sectores privados. Os temas têm sido diversos, focando de uma forma geral os principais problemas ambientais existentes no País, nomeadamente, a desflorestação, a erosão costeira, o saneamento básico do meio, entre outros. No entanto, consta dentro das acções prioritárias o regulamento de módulos para introduzir o ensino sobre o ambiente nos programas escolares. A educação informal tem como principal objectivo promover a tomada de consciência sobre o ambiente fora do sistema do ensino oficial.

3. Perspectivas

No âmbito da cooperação na área ambiental, e na Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi elaborado um Projecto que propõe o fortalecimento da educação ambiental nos oito países membros. Este projecto consiste na constituição de centros de informação de referência em educação ambiental, com a criação de duas salas verdes em cada um dos países membros, a elaboração de um programa conjunto da educação ambiental da CPLP e a formação de quadros. Tendo em conta a importância das salas verdes para o País, e atendendo que nesta primeira fase prevê-se instalar duas salas em São Tomé e Príncipe, o grupo recomendou que fosse instalada uma em São Tomé e outra na ilha do Príncipe.

Para o caso concreto de São Tomé, tendo em conta que nem a estrutura do Ministério dos Recursos Naturais nem a estrutura da Direcção Geral do Ambiente possuem espaços para a referida instalação, recomendou-se instalar a mesma na Biblioteca Nacional. Nos contactos feitos junto dos responsáveis da Biblioteca Nacional, foi decidido pôr uma sala à nossa disposição para o referido Projecto. A sala ficará sob a responsabilidade do bibliotecário Sr. Adérito Vasconcelos da Silva. Todas as actividades da educação ambiental no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe, serão coordenadas pela Direcção de Informação e Educação, Comunicação e Estatística Ambiental da Direcção Geral do Ambiente, na pessoa da senhora técnica, a Dra. Aline Castro.

Respeitando à sala verde para a ilha do Príncipe, foram estabelecidos contactos com o Governo Regional do Príncipe e será instalada uma equipa para coordenar a direcção da sala verde na delegação da Direcção-Geral do Ambiente da região do Príncipe.

Muito obrigado a todos pela atenção.